

PLURALISMO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Prof. Dr. José Ulisses Leva*

RESUMO

O escopo do artigo Pluralismo no Brasil do Século XIX quer ser uma leitura do ambiente social e eclesial brasileiro no Século XIX. Nesse momento histórico a Igreja começa o século como Oficial e termina separada do Estado. Quais foram as posições estabelecidas pelo Estado? Quais foram as decisões tomadas pela Igreja? Começo meu Artigo com a Revolução Francesa e seu desdobramento, compreendendo o Brasil Independente e Republicano e concluo com a relação da Igreja e a sociedade da época.

Palavras-chave: *Pluralismo. Igreja. Brasil. Sociedade.*

ABSTRACT

The target of the Article Pluralism in Brazil of Century XIX wants to be a reading of the social environment and eclesial Brazilian in Century XIX. At this historical moment the Church starts the Century as Official and finishes Been it separate. Which had been the positions established for the State? Which had been the decisions taken for the Church? Start my Article with the French Revolution and its unfolding, understanding Independent and Republican Brazil and I conclude with the relation of the Church and the society of time.

Keywords: *Pluralism. Church. Brazil. Society.*

INTRODUÇÃO

No final do Século XVIII, a Revolução Francesa foi o evento que selou o fim do Período Moderno da História e marcou o nascimento do Período Contemporâneo. A partir desse acontecimento várias transformações ocorreram no Brasil. O Século XIX inicia marcado pelo pluralismo de novos saberes.

* Professor José Ulisses Leva é Doutor em História Eclesiástica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. É Padre da Arquidiocese de São Paulo. Leciona na PUC de São Paulo. Exerce seu Ministério Presbiteral na Capela do Colégio Sion. E-mail: juleva@pucsp.br.

Nesse Artigo relato, por primeiro, a chegada da Família Real Portuguesa e o Brasil se destacando como Reino Unido. As ideias separatistas, sua Independência e a Outorga da Primeira Constituição. Em seguida, apresento o Cenário Educacional do Brasil Império, as querelas da Questão Religiosa e os ideais nacionalistas com a Proclamação da República. Por fim, retrato o fim da Escravidão Negra, o impulso da cultura do café e a presença do Imigrante Europeu.

Nesse ambiente histórico como compreender o Brasil? Como situar a Igreja? Qual foi a relação da Igreja com a Sociedade?

1. REVOLUÇÃO FRANCESA¹

O século XVIII² marcou a vida dos povos. Havia um idealismo que respirava mudanças. A França foi protagonista. O último quartel desse século foi marcado com os ideais revolucionários. As ideias da Revolução Francesa não ficaram apenas confinadas à Europa. Elas chegaram às terras brasileiras.³

Diante do novo que emergia, marcando profundamente o Velho Mundo e acarretando enormes conotações no Novo Mundo,⁴ surgem aqueles que

¹ MARTINA, G. *Storia della Chiesa. Da Lutero ai nostri giorni. L'età del liberalismo*, III. Brescia, 1998, p. 46-47.

² MARTINA, G. *Storia della Chiesa. Da Lutero ai nostri giorni. L'età del liberalismo*, III. Brescia, 1998, p. 32-33: "In poche parole: la rivoluzione francese ha distrutto in gran parte le strutture politiche-sociali-economiche dell'*ancien régime*, e ha gettato le basi di una nuova società, che ha cercato di attuare concretamente i principi e gli ideali che si erano andati lentamente elaborando nel Settecento. Al privilegio succede l'uguaglianza, all'arbitrio o all'autorità assoluta del sovrano si sostituisce la sovranità popolare e la libertà".

³ KOSHIBA, L; PEREIRA, D. M. F. *História do Brasil*. São Paulo, 1979, p. 130-153: "Na América Espanhola, as invasões napoleônicas são o ponto de partida para as rebeliões coloniais. Elas estão ligadas à queda de Carlos IV, em 1808, e à ascensão de José Bonaparte, irmão de Napoleão, como rei da Espanha. [...] A luta emancipacionista na América Espanhola, ao contrário do que irá ocorrer no Brasil, será marcada por atos de violência com grande derramamento de sangue. [...] Embora a independência política, formalizada em 07 de setembro de 1822, tenha dado ao Brasil a feição de uma nação soberana, preserva-se integralmente a estrutura colonial da economia. Por isso, o acesso ao mercado internacional é vital. Assim, o reconhecimento da independência por outras nações não é apenas uma questão meramente política, mas essencialmente econômica".

⁴ KOSHIBA, L; PEREIRA, D. M. F. *História do Brasil*. São Paulo, 1979, p. 130: "As contradições que opõem os senhores rurais aos comerciantes portugueses se aguçam ainda mais com a crise econômica iniciada após a queda de Napoleão, em 1815, na Europa".

querem fazer as acomodações, não percebendo que as rupturas se tornam inevitáveis e procuram, a todo o custo, buscar no novo o velho.

O Congresso de Viena tentou resgatar o Antigo Regime assegurado pelo Absolutismo, onde o Rei governava amparado e protegido por Deus. De toda maneira quiseram as cabeças coroadas da Europa frear o movimento, que não foi apenas mudança de mentalidade, porém mais do que isso, a Revolução Francesa marcou o conceito de Liberdade e, sobretudo, Igualdade.

As forças do Antigo Regime estavam esgotadas e as novas emergiam e brotavam com todo o seu esplendor. A Europa descobriu novos horizontes e sua cartografia foi mudada, criando outra mentalidade em relação ao Estado Moderno. Moderna, também, foi a maneira de pensar e governar.

A Europa assegurou uma nova configuração de sua geografia, porém não conseguiu por muito tempo manter suas Colônias, sobretudo na América que, paulatinamente, buscaram, no mesmo sentido da Revolução Francesa, Liberdade em relação às Metrôpoles.

As ideias que estavam ocorrendo no Velho Mundo circulavam de maneira transatlântica. Se o Velho Regime não segurou por muito tempo o novo que emergia, de tal forma, também, se deu em relação aos Continentes. Os ideais revolucionários quebraram os laços das Colônias em relação às Metrôpoles, ganhando liberdade e autonomia.

Como a Igreja se posicionou diante dos fatos e quais foram as suas reações?⁵ Ligada ao binômio Trono e Altar, como agiu e respondeu de pronto às novas ideias? Desde a Revolução Francesa até a formação do Estado

⁵ MARTINA, G. *Storia della Chiesa. Da Lutero ai nostri giorni. L'età del liberalismo*, III. Brescia 1998, p. 258-259: "Le controversie sollevate dal Sillabo. Mentre la Quanta Cura non attirò molta attenzione, il Sillabo invece, anche per il suo stile, per la sua *imperatoria brevitatis*, suscitò un forte scalpore. La condanna del 1832 aveva trovato consenziente la maggior parte dell'opinione pubblica, largamente impregnata dello spirito della restaurazione: l'intervento del 1864 era ormai in contrasto con la mentalità generale. I cattolici intransigenti ritennero che la condanna pontificia si estendesse a tutte le forme di liberalismo, colpisse cioè non solo il liberalismo immanentistico e radicale, ma anche il liberalismo cattolico, che salvava i valori essenziali del cristianesimo, ed era animato delle migliori intenzioni. Questa presa di posizione era accettata dall'opposta sponda, ma con altri intenti e ben altro spirito. Fermandosi soprattutto sull'ultima affermazione, che colpiva per il suo carattere assoluto, i radicali sostennero che il Sillabo condannava in modo semplice e senza equivoci tutte le forme di libertà, di progresso, cioè respingeva in blocco la civiltà moderna, per concludere che la società e la scienza moderna non avevano bisogno della benedizione del prete. Il papa stesso spontaneamente si separava dal mondo civile [...]".

Italiano, em 1861,⁶ passaram anos de História com muitos fatos e acontecimentos. Porém, a mentalidade que estava sendo formada na sociedade liberal, já não mais possibilitava uma conciliação de ideias, pensamentos e ações entre Estado e Igreja. O posicionamento da Igreja, na pessoa de Pio IX, foi de afastar-se do mundo e fechar-se em si mesmo. No Brasil, houve da parte do Estado um rápido e profundo distanciamento culminando no rompimento do Estado frente à Igreja.

2. A FAMÍLIA REAL PORTUGUESA NO BRASIL

Fugindo das conquistas napoleônicas, a família real portuguesa chegou ao Brasil em 1808.⁷ Fatores políticos fizeram com que a Metrópole e a Colônia se sentassem e juntas discutissem o futuro, mesmo tendo ideais

⁶ ZAGHENI, G. *L'età contemporanea*. Milano, 1996, p. 124-126: "Nel maggio del 1860 Garibaldi invase la Sicilia risalendo sino a Napoli: Cavour, temendo eventuali deviazioni dell'impresa in senso repubblicano, inviò il generale Cialdini che forzò i confini dello Stato Pontificio e, a Castelfidardo, sconfisse l'esercito papale. Al papa restava Roma e una parte del Lazio. [...] Cavour rispose con due discorsi, il 25 e il 27 marzo, in cui sosteneva che la rinuncia al potere temporale avrebbe assicurato alla Chiesa una libertà maggiore di quella goduta in passato, perché tale libertà era garantita non da concordati ma della religiosità del popolo italiano. La sintesi del suo pensiero, posta nella formula (precedentemente usata da Montalembert) 'libera Chiesa in libero Stato', serviva a Cavour per delineare uno Stato aconfessionista e agnostico in materia religiosa. [...] Il 20 settembre gli italiani entrarono in Roma da Porta Pia, difesa simbolicamente dal generale Kanzler, per dare tempo a Pio IX di lasciare il palazzo del Quirinale. Era la fine del potere temporale".

⁷ RIBEIRO, J. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, 1954, p. 319-323: "Difícil e sombria era a situação dos negócios políticos em Portugal no princípio do século; erros, imprevidências e hesitações tinham levado o país à extraordinária crise que as desgraças domésticas do Rei ainda avolumavam, tornando-o por vezes apático e indiferente ao governo do Estado, principalmente depois da conspiração de fidalgos e eclesiásticos que cercavam a leviana esposa de Dom João. Quando Napoleão decretou o bloqueio continental contra a Inglaterra, a esta aliou-se Portugal enfim, depois de vacilações pouco dignas, e incorreu assim no ódio do grande déspota, que fez decretar pelo Moniteur, órgão oficial, a deposição da casa de Bragança. Quando esta notícia chegava ao reino, já as tropas francesas, de marcha forçada através da Espanha, penetravam em Portugal. Seria loucura pensar em resistir, quando tudo estava desorganizado e sem recursos. Foi visto o Rei chorando em segredo, no íntimo dos seus paços, quando se achou coagido a fugir, aceitando o conselho do ministro inglês, Lord Strangford. [...] A frota real, defendida por alguns vasos de guerra ingleses e composta de umas vinte naus e muitas outras mercantes, velejou do Tejo a 29 de novembro de 1807. Nela iam quinze mil pessoas, grande número de fidalgos, funcionários e famílias que emigravam, e também as riquezas dos palácios reais, que foi possível transportar. [...] o Rei tocou primeiramente na Bahia, a 24 de janeiro de 1808. Era a primeira vez que um rei do antigo mundo pisava o solo da América. [...] Dom João VI, porém, preferiu estabelecer-se no Rio, onde veio a chegar a 7 de março. Dom João

diferentes. Portugal estava acuado frente ao poderio da França e o Brasil tentava se livrar do domínio de Portugal.⁸

O mesmo ideal de liberdade fazia eco nos Continentes europeu e americano, tanto nas Metrôpoles quanto nas Colônias. Liberdade e Igualdade soavam fortes e, com perdas e ganhos, derrotas e conquistas de ambos os lados, esses ideais punham na mesma mesa peso e medida de igual valor.⁹

Com a chegada da família real, o Brasil ficou conhecido, não mais como lugar exclusivo de exploração da matéria prima que abastecia a economia europeia, mas ganhou o status de Reino Unido. Mesmo que o título conferido ao país, fosse para enaltecer Dom João VI e sua corte, o Brasil ganhou algumas melhorias, principalmente na capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro.

A abertura dos portos em 1810¹⁰ não representou somente o acesso e saída de mercadorias. Significou, ainda, a entrada de ideais diferentes. A Metrôpole cerceou a Colônia por três séculos aos bens culturais.

chegou enfim, no dia 8 de março; já então entre vozes de aclamação ouvia-se do novo império do Brasil, expressão adequada à vastidão da colônia, agora emancipada”.

⁸ BEOZZO, J. O. (ed.). *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis, 1992, p. 32: “A proclamação do Brasil como Reino (16 de dezembro de 1815) em igualdade de condições com Portugal, foi um passo importante para a independência. O acontecimento repercutiu no povo; sentiram-se os brasileiros irmanados em sentimentos de independência e unidade; podiam agora dirigir-se diretamente ao seu soberano. [...] O acontecimento infundiu na alma do povo um sentimento de independência, uma consciência própria e a resolução de manter sua nova dignidade [...] os mais remotos e obscuros povoados mostraram-se orgulhosos do privilégio que lhes facultava dirigirem-se diretamente a seu soberano por um título brasileiro e sobre terras brasileiras; e, por muito humilde que fosse, sentiu ser uma parte integrante do extenso todo. Todas as bênçãos de uma revolução, pela qual o povo ansiava, tinham descido sobre o país, sem que ele quase percebesse a transição”.

⁹ RIBEIRO, J. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, 1954, p. 323-324: “A separação política do Brasil, ainda que efêmera no sentido da lei, era-o já definitiva no sentido dos fatos, porque não só a família real deixou de regressar no devido tempo, como não foi mais possível restabelecer o monopólio e as leis do antigo regime. De fato, a separação do Brasil dura enquanto esteve sob o controle francês (30 de novembro de 1807 – 30 de agosto de 1808); mas a independência de Portugal só foi reconhecida definitivamente na Paz geral de Paris (1814). [...] Em Carta de Lei de 1815 declarou oficialmente o Brasil ‘Reino do Brasil’”.

¹⁰ KOSHIBA, L; PEREIRA, D. M. F. *História do Brasil*. São Paulo, 1979, p. 11-113: “Não é de estranhar, portanto, que, a partir da Restauração (1640), Portugal se torna peça subordinada ao expansionismo britânico. Esse papel subordinado fica perfeitamente caracterizado no tratado de 1654, que Cromwell impõe pela força: Portugal obriga-se a só comprar navios da Inglaterra; permite que ingleses negociem por conta própria da Metrôpole para o Brasil, exceto os gêneros estancados, e que tenham direito de navegar [...] em bases altamente lucrativas. [...] Dentre as várias medidas adotadas pelo Regente logo ao chegar ao Brasil,

Frente às dificuldades de relacionamento político-econômico de Portugal com a França, a entrada dos produtos na colônia vindo da Europa e o estreitamento de laços com a Inglaterra, o ano de 1810 foi de fundamental importância para o Brasil. Timidamente, a princípio, seus portos foram abertos ao comércio com a Inglaterra e, no correr dos anos, a outras nações.

3. O BRASIL INDEPENDENTE

O vento de liberdade chegou ao Brasil a 07 de setembro de 1822. O Regente Dom Pedro, filho de Dom João VI, I no Brasil e IV em Portugal, proclamou a Independência da Nação Brasileira. O que era irreversível na Europa para restabelecer o Antigo Regime, na América, surgia às novas nações.

O Brasil chegava à sua Independência depois de três séculos de domínio português. A Nação Brasileira, com o fim do colonialismo, buscava um posicionamento frente às demais nações europeias e americanas. O país era formado pelo cruzamento de várias etnias e trazia em seu interior as diferenças religiosas. Como se posicionar diante do novo?¹¹

destaca-se a abertura dos portos às nações amigas, através de uma lei assinada em 1808. [...] A abertura dos portos, decretada em 1808, e que favorece, na prática, o imperialismo inglês, torna-se efetiva somente depois da queda de Napoleão, quando então os portos brasileiros são realmente abertos a todo comércio internacional. Entre 1808 e 1814, a Inglaterra exerce verdadeiro monopólio mercantil no Brasil e é durante esse período que vai conquistando definitivamente o mercado”.

¹¹ BEOZZO, J. O. (ed.). *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis, 1992, p. 42-46: “A legislação pombalina de aldeamento dos índios foi abolida em 1798; equiparados aos outros súbditos da coroa, os índios deviam trabalhar em serviços públicos; podiam ser distribuídos aos colonos quando desocupados; chegavam a ser vendidos e marcados a ferro, como os negros. [...] A guerra aos Botocudos foi declarada a 13 de maio de 1808; cartas régias posteriores ampliaram as normas de escravidão e extermínio. [...] Variavam os argumentos usados para justificar o sistema. A Constituição em elaboração em 1823, falava em contrato. São muito elucidativas as discussões dos deputados, principalmente quando se trata de definir quem era cidadão brasileiro; argumentou-se que a escravidão era até um benefício para os negros que, vendidos na África por seus parentes, encontravam aqui uma situação muito melhor. Southey achava melhor a sorte do escravo brasileiro que a do operário inglês; não havia oposição entre escravidão e cristianismo. [...] Na Assembleia Constituinte de 1823 o problema indígena foi tratado com evidente desinteresse, embora houvesse uma Comissão de Civilização e Catequese dos Índios. O índio deixa de interessar como elemento integrante da pátria, torna-se assunto desagradável. Com o preconceito de branqueamento que se inicia, os brasileiros brancos se envergonham das raças não europeias”.

3.1. Constituição de 1824

A Primeira Constituição de 1824,¹² outorgada por Dom Pedro I, Imperador do Brasil, declarava a Igreja Católica como Oficial, conforme as condições do Padroado. Essa situação tornou-se desconcertante para a Igreja. Por um lado, o Padroado dizia garantir seu sustento. Por outro lado, diante do Estado maçom-liberal,¹³ a Igreja vivia na passividade. Os bispos¹⁴ eram indicados pelo Estado, e alguns deles comungavam das ideias imperiais. Os padres¹⁵ formavam um grupo desconectado com a Igreja Universal e muitos

¹² BEOZZO, J. O. (ed.). *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis, 1992, p. 27: “A Constituição de 15 de março de 1824 foi outorgada, e não votada. [...] Não era fácil criar um Estado a partir de um regime colonial que cerceava e punia qualquer criatividade. Não havia elites preparadas para o governo, do qual os brasileiros eram ordinariamente afastados. [...] A maioria professava um liberalismo cheio de contradições. Pode-se dizer que política e socialmente o Brasil constituía um aglomerado incoerente e amorfo”.

¹³ BEOZZO, J. O. (ed.). *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis, 1992, p. 23: “Maçons eram muitos padres, monges, frades e até bispos. Havia maçons em todos os partidos: liberais, radicais, republicanos. Os republicanos eram os mais nacionalistas. A Loja Distintiva, de São Gonçalo (RJ), tinha por emblema um índio manietado e vendido, com um gênio a libertá-lo”.

¹⁴ BEOZZO, J. O. (ed.). *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis, 1992, p. 81-82: “Para entender a pouca atividade pastoral dos bispos, é preciso ter em mente as limitações das funções episcopais no regime do padroado; sua missão de reger a Igreja era quase anulada pela interferência do poder civil; o que deles principalmente se esperava era que mantivessem a disciplina do clero e pregassem ao povo a obediência. Nomeação dos párocos, controle e devoções e manifestações religiosas, construção de igrejas e capelas, fundação de associações e irmandades, eram assuntos que escapavam em grande parte à sua jurisdição. [...] A formação teológica dos bispos era marcada pela mentalidade legalista e jansenista vigente na Universidade de Coimbra, onde muitos deles estudaram”.

¹⁵ BEOZZO, J. O. (ed.). *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis, 1992, p. 85-89: “Entre os padres mais cultos e influentes predominavam as ideias de J. J. Rousseau, Adam Smith, Vitor Cousin, Emanuel Kant; liam-se livros condenados por Roma, pregavam-se doutrinas que há muito tinham sido declaradas heréticas. [...] Em igrejas urbanas o padre representava em geral o papel de contratado das irmandades para funções definidas nos compromissos. As igrejas paroquiais, menos importantes que as irmandades ricas, faziam parte do funcionalismo, cabendo aos párocos principalmente o encargo das desobrigas. [...] A vida econômica e financeira dos padres, como a de quase todas as classes, não era folgada. Normalmente o que recebiam, do Governo ou das irmandades, não dava para viver; tinham que completar o salário, seja cobrando taxas no exercício do ministério, taxas que o povo considerava injustas, porque já pagava os dízimos, seja dedicando-se a outras profissões. Havia padres botânicos, fazendeiros, donos de hotéis, advogados, donos de movimentados postos de ferrar cavalos. Havia padres muito ricos, porém poucos. [...] É difícil determinar o número aproximado de padres; os viajantes estrangeiros encontram padres numerosos no interior, vivendo às vezes ao lado de populações espiritualmente abandonadas, e, por outro lado, povoados pequenos, de meia dúzia de famílias, que conseguiam ter seu pároco. Luccok dá para o Rio de Janeiro 700 padres para 60.000 habitantes; e diz que em São João del-Rei

não tinham formação intelectual, vivendo no concubinato e participando do cenário político.¹⁶

3.2. Cenário educacional

O Brasil do século XIX precisava entrar no cenário educacional para fazer frente às potências europeias e com as futuras nações americanas.

os padres eram muito numerosos, vários deles exercendo a advocacia. Em Salvador havia um clérigo para 70 pessoas, e em 1799 o arcebispo chegou a ficar desconfiado diante do impressionante número de candidatos ao sacerdócio. [...] Não se exigia muita preparação para a ordenação sacerdotal. Alguns mosteiros e conventos mantinham algum programa de estudos; nos seminários conservava-se a tradição de humanidades introduzidas pelos jesuítas. Cuidava-se bem da linguagem, pois a oratória era muito importante no exercício do ministério, e muitos apreciavam os bons pregadores. De conhecimentos teológicos o que se pedia era pouco: bastava o conhecimento do Catecismo de Montpellier e do manual de Teologia de Lião, ambas jansenistas e condenados por Roma. [...] O Catecismo de Montpellier era a tradução das Instructions générales en forme de catéchisme, do oratoriano François-Aimé Pouget, diretor do seminário de Montpellier, impressas em Paris em 1702, diversas vezes condenadas por Roma a partir de 1721. As Institutiones Theologiae ad usum scholarum foram publicadas em Lião, em 1780, em seis volumes, pelo oratoriano Joseph Valla, e colocadas no Índice dos Livros Proibidos em 17 de setembro de 1792. Apesar dos protestos de Caleppi, a comissão portuguesa de censura autorizou a publicação do livro, defendida pelo bispo do Rio. Na polêmica havida em 1813 entre o bispo José Caetano da Silva Coutinho e o núncio a propósito da Teologia de Lião usada como texto pelos padres, o bispo desafiou o núncio a mostrar-lhe um erro sequer na obra; o núncio não aceitou o desafio por julgá-lo inútil, uma vez que o livro já estava no Índice”.

¹⁶ WERNET, A. *A Igreja Paulista no Século XIX*. São Paulo, 1987, p. 54-95: “Envolvidos em questões políticas. [...] Vivendo os mais desenvolvidos em lupanares e os mais sisudos na mais desenfreada mancebia, fazendo do altar balcão de negócios. [...] a educação e moralidade retrogradaram desde a revolução (independência) [...] o clero de atualmente é mais ignorante e menos respeitável que o de alguns anos atrás. [...] o nosso clero, em muita parte, ignorante e corrompido, é o primeiro que se serve de escravos, e os acumula para enriquecer pelo comércio e pela agricultura e, para fazer, muitas vezes, das desgraçadas escravas, um harém turco. [...] O clero brasileiro pode-se dizer que é uma congregação de pobres, pobríssimos e mendigos, mesmo porque o alto clero que temos é pobre [...] a situação financeira do conjunto do clero paulista não era das mais favoráveis, salvo para alguns poucos padres que, fazendeiros ou negociantes, dedicavam-se assim a misteres seculares ou temporais. [...] Nas sedes das comarcas eclesiásticas havia os vigários da vara. Nas paróquias os vigários colados (concursados) ou os vigários encomendados. Havia ainda os coadjutores, e em Igrejas e capelas que não eram paróquias havia os capelães curados. Os vencimentos variavam conforme o grau na carreira eclesiástica. [...] A argumentação do padre Venâncio Henriques de Resende, que, a partir da má remuneração do clero, pretende explicar o maciço engajamento dos padres em atividades profissionais de alta rentabilidade. [...] decadência do clero e da religião em São Paulo [...] a causa do mal da insuficiente instrução moral e religiosa. [...] Sem estudo rigoroso das ciências eclesiásticas, sem educação própria do estado sacerdotal, o clero continuará a ser o que é na atualidade”.

Durante os três primeiros séculos nossa educação foi assegurada e mantida pelos padres Jesuítas, com Colégios em várias partes do país e uma educação mais refinada aos filhos dos privilegiados que estudavam em Portugal ou na França. Por muito tempo a Igreja no Brasil foi privada de Seminários. Alguns padres estudavam em Portugal. A maioria da população do Brasil viveu, nesse período, na completa escuridão. Grassava por toda a Colônia o analfabetismo.

O cenário do Brasil, no princípio do século XIX, pontuava o devir. A Igreja, ainda atrelada ao Padroado, não podia proferir seus pensamentos. A Igreja Católica, no Brasil-Colônia e Brasil-Império, era propriedade do Estado. Nesse período não havia uma consonância com Roma. A Santa Sé somente sancionava o que dizia o governo português e posteriormente o Imperador. Somente em 1827¹⁷ surgem as primeiras Faculdades. Uma foi instalada em Olinda, na Província de Pernambuco, e a outra na cidade de São Paulo. Houve uma disputa aberta entre as ideias liberais provenientes desta Instituição e os padres capuchinhos de Saboia, que ministraram o Seminário desde o início de sua fundação.¹⁸

3.3. Questão religiosa

A partir do Segundo Império, ares de Reforma começaram a surgir em terras brasileiras. Todavia, como pensar numa Reforma para a Igreja, se a mesma estava entrelaçada ao Estado? Os bispos reformadores encontraram dificuldades para garantirem a transformação da Igreja. Queriam os prelados

¹⁷ BEOZZO, J. O. (ed.). *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis, 1992, p. 97: "As lutas pela independência não encontraram uma aristocracia intelectual desmembrada do clero, puramente leiga. Quando se fundaram as escolas de direito em Olinda e São Paulo, em 1827, foram ambas estabelecidas em conventos, numa sobreposição de cultura profissional e eclesiástica; só aos poucos, daí por diante, o clero perderá sua liderança intelectual".

¹⁸ WERNET, A. *A Igreja Paulista no Século XIX*. São Paulo, 1987, p. 114: "Dom Antônio Joaquim convidou o povo da cidade de São Paulo, através dos jornais, para a sua inauguração, no dia 9 de novembro de 1856. [...] Na capela provisória foram recebidos os convidados e teve lugar as cerimônias, subindo em seguida à tribuna o Reitor, frei Eugênio de Rumilly, que proferiu um belo discurso sobre a instituição dos seminários. Inicialmente fez um histórico dos seminários, insistindo, sobretudo no papel que o Concílio de Trento lhes atribuiu na formação do clero. Criticou com veemência a evolução da filosofia moderna, rejeitando de modo específico o conceito de Deus que se encontra nas obras de Spinoza, Rousseau, Kant e Cousin e, quase no fim da primeira parte, lamentou que essas ideias tivessem grande aceitação em São Paulo [...]".

autonomia para solicitar à Santa Sé a criação de novas Dioceses, criarem Seminários capazes de formar padres a partir de um novo paradigma, isto é, distanciados do mundo político e vivendo as orientações provenientes de Roma, principalmente quanto à Doutrina e à Disciplina.

Na Questão Religiosa de 1872, bispos brasileiros¹⁹ proclamaram a liberdade da Igreja frente ao Estado. As ideias liberais e a maçonaria estavam muito presentes na sociedade brasileira. Sendo a Igreja Católica parte dessa mesma sociedade e gozando da oficialidade do Estado, era também porta de acesso dessas ideias. Era presente, entre os leigos, a mentalidade liberal nas Confrarias lideradas e mantidas por eles. Os bispos reformadores protestavam e levantavam a voz contra essa infiltração maçom dentro da Igreja. Os tempos eram difíceis e eles foram presos e encarcerados. A Igreja não podia contrariar as ações do Estado. Os fatos se encaminhavam para um fim que não poderia ser outro que a nítida separação do Estado e da Igreja.²⁰ A Questão Religiosa foi, sem dúvida, um marco histórico para a Igreja Católica no Brasil, que buscava a liberdade religiosa, frente à ação coercitiva do Estado.

4. O BRASIL REPÚBLICA

No fim do século XIX, de fato os ares eram outros e, exatamente, no centenário da Revolução Francesa, o Brasil proclamou o regime republicano

¹⁹ BEOZZO, J. O. (ed.). *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis, 1992, p. 144-145: “[...]. De Roma escrevia então Dom Macedo Costa: ‘A tese ultramontana daqui a pouco se chamará simplesmente católica. [...] A Igreja em sua autoconsciência de Mestra da Verdade coloca-se diante de um mundo de erros, que a repudia. As condenações do Syllabus e a proclamação da Infalibilidade bem expressam esta autoconsciência da Igreja, que tem no episcopado brasileiro um fiel defensor. [...] A Igreja, em face do Estado, toma consciência mais nítida de sua autonomia. Dom Vital irá proclamar categoricamente: ‘Os príncipes e monarcas são ovelhas de Jesus Cristo e não pastores; são filhos da Santa Madre Igreja e não pais; são seus súditos e não preladados [...]’”.

²⁰ LUSTOSA, O. de F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo, 1991, p. 15: “Durante todo o período colonial (1500-1822) e durante toda a fase imperial (1822-1889), a Igreja católica no Brasil viveu, do ponto de vista político, um processo de estabilidade e segurança [...] a República, proclamada em 1889, rompeu com esse esquema, tornando-se constitucionalmente neutra em matéria religiosa. [...] A nova situação, inesperadamente estabelecida, suscita para a hierarquia católica uma série de problemas [...] preocupações financeiras que desnorream a vida cotidiana das dioceses e freguesias”.

a 15 de novembro de 1889. Mudou sua forma de governar e mudou, também, o posicionamento em relação à Igreja Católica.²¹

A Segunda Constituição Brasileira de 1891 declarou a separação do Estado e da Igreja e a liberdade de cultos. A Nação brasileira, desde o início do século XIX, recebeu imigrante e, nesse momento histórico, se abriu a uma nova realidade. Como enfrentou a Igreja essa novidade? Quis a Igreja manter-se unida à tutela do Estado ou clamava a liberdade, frente ao novo regime, que estava despontando no cenário nacional?

O primeiro passo da separação do Estado e da Igreja, depois da Proclamação da República, se deu a 07 de janeiro de 1890,²² com o Decreto 119A. Ali estavam formalizados os princípios de rompimento. Em carta datada de 12 de janeiro de 1890, o Internúncio Monsenhor Francesco Spolverini (1887-1891)²³ enviou a todos os bispos brasileiros uma Circular, sugerindo que dessem o parecer a respeito da separação do Estado e da Igreja.

Os ideais revolucionários estavam presentes na nascente elite brasileira do final do século XIX.²⁴ O Brasil estava livre de Portugal e separado da

²¹ LUSTOSA, O. de F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo, 1991, p. 17: "Proclamada a República, era normal que o problema religioso estivesse na pauta dos novos dirigentes do país. Daí por que, logo no dia 7 de janeiro de 1890, sai a lume o decreto número 119 A, que serviu de ponto de partida e de base para o comportamento do poder civil em face às questões religiosas. [...] O texto-projeto do decreto número 119 A é de autoria de Rui Barbosa, conforme ele mesmo declarou, tendo sido rejeitado o do Ministro Demétrio Ribeiro".

²² LUSTOSA, O. de F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo, 1991, p. 17-18: "O decreto determinava a separação total da Igreja e do Estado, extinguindo o Padroado (art. 4). Abria espaço para a liberdade de ação dos diversos cultos e denominações (art. 2 e 3), ao mesmo tempo que reconhecia para todos eles a capacidade jurídica de possuírem bens, como sociedade ou associações legalmente constituída (art. 5)".

²³ Arquivo Secreto do Vaticano, Segreteria di Stato, Fas. 24-26: "Mons. Francesco Spolverini, Internunzio Apostolico, annunzia che il Governo Provvisorio in data 7 gennaio 1890 ha pubblicato il Decreto sulla libertà dei Culti e sulla separazione della Chiesa dallo Stato, e ne riporta il testo. Fa poi un poco di Storia di ciò che ha preceduto il Decreto. Riferisce quale è stata la sua condotta ed il suo operato in questa occasione. [...] Nota di protesta dal Card. Segretario di Stato contro la separazione della Chiesa dallo Stato ed altre disposizioni contenuta nel suddetto Decreto. Se ne dà comunicazione a Mons. Spolverini per sua norma. Lettera Pastorale collettiva dell'Episcopato Brasiliano al Clero e al popolo circa al suddetto Decreto".

²⁴ CASALECCHI, J. E. *A proclamação da República*. São Paulo, 1989, p. 13: "[...] eram, em sua maioria, ligados à aristocracia rural, descendentes dos grandes fazendeiros que puderam estudar em São Paulo ou Recife, onde se situavam as principais Faculdades de Direito do país, ou Medicina no Rio e Bahia, e até mesmo fazendo cursos em Coimbra e Paris".

Igreja. A sociedade seguia seu curso e a Igreja buscava se fortalecer, para encontrar seu caminho na nova república americana.

5. ESCRAVIDÃO E IMIGRAÇÃO

O Brasil até sua Independência, ocorrida em 1822, era um país formado por muitos escravos negros.²⁵ Somando os indígenas dos tempos do descobrimento, além dos quantos portugueses e estrangeiros, a população brasileira, em 1817, estava em torno de 3.817.000 habitantes. Em 1824, surgiram alguns núcleos de colonização branca em algumas Províncias brasileiras. Mesmo que São Paulo tenha recebido os imigrantes brancos para trabalharem na cultura do café, houve,²⁶ também, nessa Província, alguns núcleos de colonização.²⁷

Os primeiros imigrantes, brancos e luteranos, chegaram em 1824. Mesmo considerando entradas esporádicas de imigrantes, essa data é considerada pelos historiadores brasileiros como o início da imigração branca no Brasil. Os imigrantes luteranos alemães foram encaminhados para o interior das Províncias do sul e do sudeste do Brasil.²⁸

²⁵ CASALECCHI, J. E. *A proclamação da República*. São Paulo, 1989, p. 13-14: "Todo o trabalho bruto, trabalho manual era tarefa de escravos. As elites brancas e mesmo os brancos de pouca posse menosprezavam o trabalho manual. A presença do negro, por isso, era substancial. Em 1817, para uma população de 3.817.000 habitantes, havia 1.930.000 escravos. A partir de 1850, com a extinção do tráfico de negros da África para o Brasil, o número de escravos diminui. Em 1864, para uma população de 10.245.000 habitantes havia 1.715.000 escravos".

²⁶ DREHER, M. N. (ed.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida, 1993, p. 116: "A colonização no Estado de São Paulo é um exemplo típico de como a política de imigração visava mão de obra barata para os latifúndios carentes de braços. [...] O imigrante passa por um estágio na fazenda antes de receber sua terra. Na prática o que acontece é que o fazendeiro loteia as terras não próprias para o café, ficando nas proximidades da fazenda com uma população que, para melhorar seus rendimentos, oferecia sua força de trabalho para as atividades da fazenda".

²⁷ DREHER, M. N. (ed.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida, 1993, p. 25: "São Paulo é um caso à parte. Em 1859 contava com 30 núcleos de colonização, onde se misturavam colônias de pequenos proprietários e um número crescente de colônias de parceria, na realidade núcleos de trabalhadores sem terra, a serviço da grande propriedade cafeeira, em substituição à mão de obra escrava que começava a escassear".

²⁸ DREHER, M. N. (ed.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida, 1993, p. 114-115: "[...] os núcleos iniciais em que foram localizados os imigrantes alemães, que formam a base das duas Igrejas Luteranas brasileiras, veremos facilmente que sua ubiquação se deveu a questões de segurança nacional. Baseado na criação extensiva de gado, o

Desde o último quartel do século XIX, aparece no cenário paulista, a propaganda em favor do imigrante italiano. Esse contingente humano se prestou às necessidades do momento, isto é, o imigrante italiano era trabalhador, frugal, dócil, pobre, econômico, e, sobretudo, católico. A elite rural paulista achava que esse imigrante seria manejado com facilidade, sem os perigos de uma insurreição, como poderia ocorrer com os escravos negros; não traria problemas de aculturação e se mesclaria bem com a população por índole, costumes e crença. Enfim, todas as fontes da época provavam que os fazendeiros paulistas achavam o italiano melhor sob o ponto de vista de aculturação e assimilação.²⁹

Uma das mudanças mais significativas realizadas na sociedade brasileira foi abrir o país à imigração do trabalhador livre europeu, para substituir o braço escravo, utilizado por mais de três séculos como base da economia colonial.³⁰ Historiadores escreveram sobre a Escravidão Negra e as causas da sua abolição.³¹

antigo povoamento do Rio Grande do Sul desprezou as áreas em torno do núcleo inicial de colonização alemã. [...] Fato semelhante podemos observar, quando verificamos a localização dos núcleos iniciais da colonização em Santa Catarina e no atual Estado do Paraná. [...] Motivos de segurança também devem ter estado por trás da localização dos núcleos estabelecidos no Espírito Santo”.

²⁹ DE BONI, L. A. (ed.). *Abolição e imigração italiana em São Paulo*, II. Porto Alegre-Torino, 1990, p. 322: “[...] o imigrante queria escola, médico, igreja e armazém para se abastecer e porque não, o botequim para suas horas de lazer. [...] Substituir o escravo pelo imigrante era, na verdade, o sonho de todos os fazendeiros do oeste paulista, não faltando a esses sonhos componentes ideológicos e preconceituosos raciais”.

³⁰ DREHER, M. N. (ed.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida, 1993, p. 68: “Desde o início do século XIX duas razões principais eram aduzidas para justificar o projeto em favor da imigração europeia: a necessidade do branqueamento da raça e a questão da segurança nacional. [...] A tese sobre a importância do branqueamento da raça brasileira foi uma das mais difundidas a partir da vinda da corte de Dom João VI para o Brasil. Na realidade, a nobreza lusitana reagiu fortemente ao ter que se estabelecer num país onde habitavam predominantemente negros e mestiços, além de índios e caboclos”.

³¹ CASALECCHI, J. E. *A proclamação da República*. São Paulo, 1989, p. 54-60: “[...] Sem sombra de dúvida a ‘Questão da Escravidão’ foi um dos problemas mais importantes que teve que se resolver no século XIX. Com a expansão da economia cafeeira havia uma crescente necessidade de mão de obra escrava. A campanha para o fim do tráfico de escravos da África para o Brasil, em que se destacava a Inglaterra, nação com muita influência no Brasil, criava problemas para o suficiente abastecimento de escravos. O resultado foi a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, promovendo a extinção do tráfico [...] no programa do Partido Liberal, antes de 1870, propunha-se substituir o escravo pelo trabalhador livre. [...] A campanha a favor dos escravos começa a ganhar importância depois de 1860. Com a Guerra do Paraguai (1864-1870), que absorve todas as preocupações, o problema da emancipação dos negros passa ao segundo plano. [...] Em 1871, por ocasião da Lei do

O Papa Leão XIII em 1888³² posicionou-se como Igreja.

O crescimento da população brasileira e a sua mobilidade acompanhavam os ciclos econômicos. Depois da cana-de-açúcar no Nordeste e do ouro e diamantes em Minas Gerais, a cultura do café representou o novo ciclo na economia brasileira. Sem contar, também, com o extrativismo, já quase extinto e do ciclo do pau-brasil, que praticamente ocupava toda a faixa costeira, de norte a sul do país.

O café chegou ao Brasil, por Francisco de Melo Palheta, através do Pará, no Norte do país, e plantado primeiramente nas encostas do Rio de Janeiro. Posteriormente, foi levado para o Vale do Paraíba, em São Paulo. Somente no século XIX ganhou um desenvolvimento acelerado, na Província de São Paulo, devido às conquistas da terra vermelha no interior como, também, com a presença maciça de imigrantes italianos na lavoura.³³ A Província de São Paulo os recebeu em grande quantidade e os encaminhou para a lavoura cafeeira.³⁴ E, assim, o café, a presença do imigrante italiano e as ferrovias abriram caminhos para um desenvolvimento ímpar no sul brasileiro.

Ventre-Livre, a luta foi intensa no Parlamento entre aqueles que achavam que a sociedade seria abalada por esse tremendo terremoto e os que defendiam a liberdade dos filhos das escravas nascidos depois de 1871. [...] A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação. A campanha chega ao fim em 1888, com a Lei Áurea, que liberta os negros do cativoiro [...].”

³² LEONIS Papa XIII. Epist. *In plurimus*, 05 maggio 1888: EE 3/1803-1822.

³³ KOSHIBA, L; PEREIRA, D. M. F. *História do Brasil*. São Paulo, 1979, p. 187-190: “A produção e o consumo do café tem sua origem entre os árabes e esse produto era conhecido pelos europeus desde o século XVI. Seu consumo no Ocidente deve-se a Veneza, que o introduz em meados do século XVII e rapidamente se difunde [...] no século XVIII chega ao Brasil. [...] Na primeira década do século XIX, a cultura cafeeira já atinge o Rio de Janeiro, começando no litoral: Angra dos Reis e Parati, daí deslocando-se também para São Paulo. [...] no Vale do Paraíba o café vai prosperar. [...] desnudamento da floresta, intempéries, erosão [...] em poucos decênios a cultura cafeeira entra em declínio [...] a decadência da cultura cafeeira [...] no oeste paulista, um novo alento [...]”.

³⁴ DREHER, M. N. (ed.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida, 1993, p. 28: “Dos 1.383.756 italianos que entraram para o Brasil entre 1870 e 1920, 965.000 foram para o café em São Paulo, ou seja, 70% do total”.

CONCLUSÃO

A sociedade brasileira, fortalecida pelas novas ideias e horizontes separatistas decorrentes do Século XIX, buscou sua identidade sem a presença da Igreja.

A Igreja ancorava sua dinâmica no Modelo Tridentino apoiada nos padres europeus que chegavam. Com o fim do Padroado no Brasil, a Igreja assumiu um posicionamento acuado. Encerrou seus padres nos Seminários como garantia de formação doutrinal e segurança disciplinar.

A Igreja, diante do pluralismo, fechou-se em si mesma e a princípio não dialogou com a sociedade. Apoiava-se no modelo centrado e simultaneamente afastado. Reagiu condenando as novas tendências fazendo com que o distanciamento fosse cada vez mais aprofundado.

BIBLIOGRAFIA

- BEOZZO, J. O. (ed.). *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis: Paulinas/ Vozes, 1992.
- CASALECCHI, J. E. *A proclamação da República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DE BONI, L. A. (ed.). *Abolição e imigração italiana em São Paulo*, II. Porto Alegre-Torino: Escola Superior de Teologia. Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- DREHER, M. N. (ed.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. Aparecida: Santuário, 1993.
- KOSHIBA, L; PEREIRA, D. M. F. *História do Brasil*. São Paulo: Atual, 1979.
- LUSTOSA, O. de F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- MARTINA, G. *Storia della Chiesa. Da Lutero ai nostri giorni. L'Età Del liberalismo*, III. Brescia: Morcelliana, 1998.
- RIBEIRO, J. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954.
- WERNET, A. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.
- ZAGHENI, G. *L'età contemporanea*. Milano: San Paolo, 1996.

ARQUIVO

ARQUIVO SECRETO DO VATICANO – Segreteria di Stato.

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

LEONIS Papa XIII. Epist. In plurimus, 05 maggio 1888: EE 3/1803-1822.